

A relação entre o biopoder e a medicina: impactos e resistência¹

Ursino Neto

“O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica”.
(Michel Foucault).

“Rir é um ato de resistência”
(Paulo Gustavo)

“Resistir é produzir uma democracia crítica”
(Frédéric Gros)

SUMÁRIO

- 1 Considerações preliminares
- 2 O tema do biopoder
- 3 A relação entre o biopoder e a medicina
 - 3.1 A medicina como uma *estratégia biopolítica*
 - 3.1.1 O saber médico como uma *tecnologia* da *anatomo-política*
 - 3.1.2 O saber médico como uma *tecnologia* da *Polícia estatal*
 - 3.1.3 O saber médico como uma *tecnologia* da *política de controle genético* atual
- 4 A política do afeto da alegria como resistência ao biopoder
- 5 Considerações finais

1 Considerações preliminares

¹ Texto didático 7 (Graduação 2022.2): uma referência para produzir o exercício ético da experiência de si ou PensArteCorpo.

A palavra bioética, neologismo inventado por Van Potter no início dos anos de 1970 nos EUA, já está consolidada na nossa cultura.

O seu significado é polissêmico e a interpretação do conceito poderá expressar vários sentidos como *ponte para o futuro, regulação da pesquisa biomédica em seres humanos, novos valores de conduta para os profissionais da área de saúde e resistência ao biopoder*².

O Módulo de *Bioética e Cidadania* da Faculdade de Medicina da UFC se propôs o desafio de elaborar e produzir um novo conceito de bioética inserindo-o no contexto de “*resistência ao biopoder*”.

Esta bioética é denominada de *ética-da-vida* ou *aionética*.

Ela propõe o ato de viver a própria potência vital ou biopotência como uma *forma-de-vida* e também resgata a origem do conceito de formação humana advindo do campo filosófico grego clássico, concernindo ao caráter do indivíduo, ao seu modo de ser, à sua singularidade, ao seu *Ethos*, ou seja, à essência do ser de cada um/a como potência.

Este texto didático almeja além de investigar e compreender a relação entre o biopoder e a medicina, também indicar uma estratégia de resistência.

Contudo, antes, se fará uma abordagem do tema referente ao biopoder.

2 O tema do biopoder

Como bioética, a palavra biopoder também é um neologismo oriundo do ambiente acadêmico da década dos anos 1970. Entretanto, de outra vertente cultural.

Enquanto bioética se origina da cultura americana de matriz científica na área de saúde e biologia, biopoder advém do contexto filosófico em França.

Michel Foucault (1926-1984), professor e pesquisador do *Collège de France*, iniciou sua vasta pesquisa em história e filosofia, na década anterior, analisando o conceito de “saber” que caracterizava “as ciências humanas” ou “humanidades”. Genericamente, se interpreta os seus estudos desse período como “arqueologia”.

A seguir, ele direcionou a sua investigação destacando o saber como produção de um poder e a aplicação de ambos se fazendo em um uso conjugado, constituindo um “dispositivo” que se manifesta como um “poder-saber” ou “saber-poder”.

Tal modo de pesquisa e compreensão do conceito de poder não segue a trilha da filosofia política tradicional. Trata-se de um método próprio, inspirado em Friedrich Nietzsche, denominado de genealogia³.

O filósofo francês buscou compreender como o poder se torna efetivo, como é aplicado para fazer funcionar uma prática e desvelou aquilo que opera e age na vida humana concreta: as “relações de poder”.

O filósofo italiano Giorgio Agamben⁴, interpretando o conceito de dispositivo a partir da obra de Foucault, o resume como sendo um conjunto heterogêneo de elementos que estruturam uma instituição, articulado em uma rede constituída de princípios orientadores e administrativos, normas, regras, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. que têm uma função estratégica concreta e se inscrevem em uma relação de poder.

Um dispositivo tem a capacidade de interceptar e modelar o comportamento do indivíduo e de uma coletividade capturando os gestos, as condutas, as opiniões e o próprio modo de pensar a realidade.

Michel Foucault inventou o termo “biopoder” focando nas relações de forças sociais que atuam no controle e no molde da vida humana por intermédio dos dispositivos que conformam, a partir da Modernidade, a figura matriz do conceito de poder: o Estado.

² Cf. O texto didático 3: *A genealogia do conceito Bioética e o desafio contemporâneo*.

³ Cf. O texto didático 3: *A genealogia do conceito Bioética e o desafio contemporâneo*.

⁴ Cf. AGAMBEN, G. *O que é um dispositivo?* Acessível em www.periodicos.ufsc.br

Eis a trilha que se seguirá para problematizar, para compreender o significado e o sentido da relação entre o biopoder e a medicina.

A origem do biopoder advém de uma estratégia de racionalidade administrativa, denominada de governamentalidade. Trata-se da intenção efetiva de governar as instituições ou a “máquina do Estado”.

Historicamente, duas expressões dele foram identificadas: o regime da disciplina e o regime da biopolítica.

No contexto de sua implantação, a partir do final do século XVII, o biopoder estabeleceu inicialmente a disciplina como uma técnica.

Técnica é um saber aplicado a um procedimento constituído de etapas que se seguem para atingir um determinado resultado.

No caso específico do biopoder, a disciplina tinha como alvo monitorar o corpo e o tempo dos homens, com isso, transformando-os em força e em tempo de trabalho.

Essa formatação humana em indivíduos produtivos atendeu à finalidade e ao interesse do liberalismo, o incipiente sistema econômico que se fará hegemônico como capitalismo no século XIX.

A relação de poder que se manifesta no plano da disciplina produz normas, na maioria das vezes, indutoras de imposições coercitivas, um molde moral afetando a forma de vida humana.

A consequência disso produz normatização e normalização, estando presente na escola, no hospital, na fábrica, na caserna, na prisão etc.

Como disciplina, o biopoder adveio da economia-política visando à subordinação da força vital do homem para impor-lhe uma dupla condição instrumental: ser útil para a economia e ser subserviente para a política de quem governa.

Tal estratégia perdura até hoje, porém, enquanto o alvo da disciplina é capturar o corpo individual, a finalidade da biopolítica é o controle da população.

O conceito de população é interpretado não como um referente designando seres vivos estabelecidos e vivendo em uma determinada área geográfica, mas significando um conjunto homogêneo representativo de uma amostra relativa aos processos coletivos da vida social como o nascimento, a duração da vida, a mortalidade, a saúde pública.

É preciso destacar que o biopoder atua nos dois planos simultaneamente: tanto em nível do corpo individual como em nível da população, abrangendo a totalidade da vida humana.

Esses dois tipos de intervenção sobre o indivíduo e a sociedade, a disciplina e a biopolítica, formam um sistema de rede integrado.

O biopoder serviu para assegurar a inserção controlada dos corpos no aparelho produtivo e para ajustar os fenômenos da população aos processos econômicos.

Trata-se de um poder-saber que se instala a partir de um dispositivo político fonte de normatização da sociedade, determinando o poder de controle sobre o homem como ser vivente, incidindo sobre a sua forma de viver, encarcerando o seu modo de ser, o seu *Ethos* em um modelo moral de normalização em que o normal é representado como “a verdade” para todos.

Todavia, Michel Foucault não permaneceu somente no aspecto negativo da interpretação conceitual, pois detectou e expôs também o sentido propositivo da produção afirmativa do sujeito possibilitando-o como um indivíduo inventivo.

Resumindo, no processo de formação da subjetividade, da constituição do sujeito humano ou da subjetivação, a característica intervencionista do biopoder gera duas condições:

A primeira, Foucault denominou de *assujettissement*⁵. A tradução deste termo é múltipla: “subjugação”, “sujeição”, “assujeitamento”.

⁵ Cf. HEYES, CJ. *Subjetividade e poder* in Dianna Taylor (ed.) *Michel Foucault: conceitos fundamentais*. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 204.

A designação se refere a um condicionamento coercitivo que nos constrange e nos torna “sujeitos menores” e submissos.

A segunda condição é reativa. Esta força contrária é oriunda e estabelecida pelo outro conceito que se conjuga com o poder, isto é, o saber.

Quando se impõe uma norma, naturalmente, se instala um constrangimento e um limite; contudo, ao mesmo tempo, também se oportuniza um contraponto, uma emulação por intermédio da resiliência produzida pelo saber que gera mobilização, resistência e promove a liberdade potencializando a vida humana.

3 A relação entre o biopoder e a medicina

Como e por que o saber da medicina foi posto na rede do biopoder na cultura ocidental?

Michel Foucault mostrou em sua pesquisa o porquê um determinado saber integra as relações de poder sendo interpretado como um dispositivo político.

Com a Modernidade, a partir da configuração do Estado, o biopoder se desenvolve e se instala associado ao saber da biologia que se apresenta como aspirante ao rótulo de “ciência”.

Embrionário no século XVIII, o saber biológico é desenvolvido e consolidado no século seguinte, tornando-se o padrão da ciência moderna, estabelecendo o conceito de vida como um paradigma de representação da natureza, sendo a principal fonte de referência para a determinação da norma sobre ela.

Desse acontecimento emergiram consequências significativas como a proliferação de tecnologias políticas investindo sobre o corpo e sobre o conjunto da população explorando sub-repticiamente as condições de vida da existência humana como um todo desde o modo de alimentação até o controle da prática sexual.

Assim, a governamentalidade, também chamada de “razão do Estado”, arditamente se apropriou do saber biológico e o utilizou como um instrumento eficiente, um recurso sistemático de gestão dos seres vivos.

O efeito histórico dessas tecnologias de poder centradas na vida instaurou na cultura um modelo social ainda vigente de normatização e normalização; hoje, também conhecido como sociedade de controle.

Agora se põe o questionamento basilar para se compreender o cerne da pesquisa deste texto didático:

Qual dentre os saberes biológicos presentes no contexto da Modernidade em cujo conteúdo perpassa o conceito de vida, sobretudo, a humana, atenderia melhor a finalidade do biopoder tornando-se um dispositivo político exemplar?

Indubitavelmente, a resposta é o saber da medicina.

Assim foi inserido o saber médico na rede do poder como uma estratégia da política do Estado.

Conceitos e enunciados científicos da medicina foram apropriados para servirem de representação da “verdade” determinando para o indivíduo e para a sociedade uma norma ou um valor moral inquestionável.

3.1 A medicina como uma *estratégia biopolítica*

O saber médico se impôs como ciência por meio de técnicas e dispositivos intervencionistas, deslocando-se do conhecimento específico situado no âmbito das doenças e enfermidades para atingir a vida em geral como uma biopolítica ou política do Estado obediente ao interesse da governamentalidade de quem está no poder.

Em síntese, a medicina foi (e ainda é) utilizada como um engodo do biopoder por intermédio de dois artifícios articulados: como portadora de um discurso científico da verdade e como fiadora da normalização da vida.

3.1.1 O saber médico como uma *tecnologia da anatomo-política*

Atualmente, por tecnologia se compreende um conjunto de técnicas, métodos, processos, habilidades utilizados para produzir e alcançar objetivos em diferentes campos, perpassando desde investigações científicas, políticas de interesse público ou privado, até a produção de bens de serviços.

De início, no final do século XVII, o biopoder incidiu sobre o indivíduo inserido em um saber que se expressava como um dispositivo técnico - a disciplina -, cuja peculiaridade de atuação em várias áreas regulava detalhadamente as atividades do corpo atendendo ao interesse da razão administrativa ou governamentalidade do Estado.

A investidura do desenvolvimento econômico atingiu o plano biológico no segmento somático, transformando o corpo em função da força produtiva.

A frase sintética de Michel Foucault é lúcida e cristalina: “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica”⁶. (Grifo meu).

Daqui se pode afirmar a tese, segundo a qual, a partir daquela conjuntura, o saber médico se tornou uma “anatomo-política”.

3.1.2 O saber médico como uma *tecnologia da Polícia estatal*

Em seguida, o saber da medicina foi aplicado à esfera populacional.

Antes da Revolução Industrial, o atendimento básico da clínica médica era relativo ao indivíduo enfermo e só abrangia a comunidade quando a sua atuação se efetivava, sobretudo, em ações de isolamento com a finalidade de controlar ou debelar doenças infecciosas (como a sífilis) ou epidemias (como a da cólera).

Todavia, com a expansão capitalista via desenvolvimento industrial, uma força de trabalho eficaz e de boa qualidade tornou-se uma exigência do sistema econômico; assim, para atender àquela finalidade, a clínica médica foi desviada para outro modelo de assistência, passando da lógica do atendimento individual para a assistência de um grupo ou de uma população.

A partir da racionalidade produtiva gerida pelo Estado, a governamentalidade, o médico se torna o “profissional” designado para proteger a sociedade e controlar um determinado território afetado por algum tipo de “patologia social” (exemplo, também a sífilis) atuando como um agente da nova política estatal chamada de *Polícia*⁷.

Assim surge e inaugura-se outra modalidade de assistência médica: a *Medicina Social* cujo nome original se chamava “Medizinichopolizei” (*Polícia Médica*) no principal Estado europeu daquela época: a Prússia (hoje, seria um território abrangendo parte da Alemanha, da Polônia e da Rússia).

A partir desta fonte originária foi produzido e desenvolvido um campo do saber médico com características peculiares, com diversos matizes relacionados ao próprio contexto histórico da sua época e do seu movimento de atuação exemplificados na *Medicina Preventiva* dos anos de 1960 e na contemporânea *Medicina da Família e Comunidade*.

⁶ FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 22° ed. São Paulo: Graal, 2006.

⁷ Na origem, *Polícia* era o termo genérico que designava algumas ações que o Estado empreendia, principalmente, nas áreas de segurança e de saúde.

3.1.3 O saber médico como uma *tecnologia da política de controle genético* atual

Partindo de referências contemporâneas, uma hipótese se anuncia ao pensar o saber médico que se esboça no presente, projetando-o como uma “medicina do futuro”:

Se, outrora, o saber instrumental médico era pautado em função do restabelecimento da ordem vital e da normatividade do corpo; no presente, já se desenha um novo modelo de biopolítica atingindo e controlando a vida humana em sua estrutura molecular e genética.

Genericamente, esse saber se denomina de “biotecnologia genética”.

Ela funciona em nome da prevenção de patologias e enfermidades que podem se manifestar no futuro, intervindo no corpo dos indivíduos antes do aparecimento de sinais e sintomas.

Tal biotecnologia também incrementa as capacidades do corpo e da mente humanos, alterando-as como força, longevidade, atenção, inteligência etc.

Trata-se de uma atuação do biopoder que alguns autores se referem como uma disciplina do micro ou uma “subdisciplina”⁸.

O biocapital é o poder que modela esse campo e investe na biotecnologia transformando os seus produtos em mercadorias (como alteração da sequência de DNA, células-tronco, produção de novos tecidos etc.) capturando o homem para um consumo que o torna, cada vez mais, artificial em sua natureza biológica.

Adentrou-se na era da política vital em que o saber em questão é capaz de controlar o genoma, os neurotransmissores, a biologia molecular.

Aqui a comparação com o pensamento do filósofo italiano Giorgio Agamben⁹ é possível, quando ele denuncia o estado de exceção como uma estratégia política de governo que intenciona controlar a vida no seu nível mais elementar, ou seja, a vida como *zoé* ou *vida nua*.

Sem dúvida, a própria vida humana em sua singularidade está sendo capturada pelo domínio da decisão e da escolha pertencentes ao biocapital.

Por fim, tendo compreendido o campo crítico que interpreta a biotecnologia, cabe ressignificar o contexto com novos questionamentos:

O que ou quem estabelece o valor da biotecnologia? Ela instaura que tipo de normalização da vida? De onde partem os enunciados discursivos que visam instaurar a moralidade social da biotecnologia? Tais discursos têm legitimidade? Quais os critérios de bioética exigidos no âmbito da aplicação dessa biotecnologia?

Respostas surgem de enunciados que se dizem “verdadeiros” partindo de várias áreas: da medicina, da genética, da pesquisa em biomedicina e da própria indústria farmacêutica privada.

Atenção, prudência para não sucumbir no engodo.

A nossa crítica (sucinta, pois respeitando os limites do texto didático): alguns desses discursos não têm legitimidade, sobretudo, porque arditamente buscam fundamento em nome de supostos “princípios éticos” e se escondem atrás de uma máscara forjada do saber da “bioética”, utilizando-a para referenciar os procedimentos burocráticos de instâncias regulatórias e, conseqüentemente, manter o *status quo* da moral vigente que satisfaz os seus interesses.

O nosso desafio é defender critérios bioéticos de resistência a tal farsa.

4 A política do afeto da alegria como resistência ao biopoder

⁸ Cf. ROSE, N. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013.

⁹ Cf. AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Como se viu acima, Michel Foucault, durante a sua pesquisa sobre o biopoder, não ficou somente na análise do aspecto negativo, expressando uma atuação coercitiva.

Sem dúvida, as relações de poder condicionam, estruturam, formatam a subjetividade humana. Contudo, há nessas relações dois movimentos entrelaçados:

O primeiro, um componente de coerção, um fator de amoldamento; porém, há também um segundo de produção afirmativa possibilitando um constituinte inventivo potencializando a vida humana, pois é intrínseco ao saber.

Logo, dentro da própria rede do biopoder há resistência.

Ela tem início com a crítica à captura da nossa forma de vida, do nosso modo de ser frente àquilo que nos faz um molde formatado pelo dispositivo moral.

Criticar é questionar a possibilidade efetiva de determinada condição ou fenômeno existencial, gerando o saber resistente por intermédio da problematização da experiência vivenciada.

Em outras palavras, criticar aquilo que é determinado, estabelecido institucionalmente como verdade, incidindo sobre o que se sabe e sobre o que se faz.

Portanto, resistir é problematizar o assujeitamento imposto pelo biopoder.

Todavia, se este é articulado com a política; então, se põe o questionamento: como se resiste politicamente ao biopoder?

Segundo Frédéric Gros¹⁰, a resposta sucinta é: produzindo uma “democracia crítica”.

Trata-se de um ato resistente referenciado pelo princípio da justiça, exigindo o questionamento da política, da gestão pública, formando um coletivo crítico que almeje constituir um “si político”, superando o “eu individual do político tradicional”.

A desobediência civil e a dissidência, também denominada de objeção da consciência, são consideradas como exemplos estratégicos de resistência política.

A primeira supõe a organização de um coletivo estruturado por orientações de resistência direcionadas para um objetivo político preciso, por exemplo: a revogação de uma lei ou de um decreto considerados injustos ou intoleráveis.

A dissidência se efetiva quando um indivíduo isolado assume o risco de denunciar as falhas de uma instituição, a ignomínia de um sistema etc.

Historicamente, se identifica no posicionamento de Sócrates, na sua problematização do “exame da própria vida” ou do “cuidado com a própria alma”, a resistência originária exercida pelo saber que hoje se denomina de ética a partir da relação do indivíduo com ele mesmo, ou seja, do exercício que exigia o “cuidado de si”.

Assim, para nós, Sócrates foi o primeiro dissidente ético enfrentando a morte para defender os seus princípios de vida. Aqui se considera esse tipo de postura, de conduta como fonte de resiliência.

Resiliência é um conceito originário do campo da física significando a capacidade de um material depois de afetado por um impacto, por um tensionamento ou mesmo após uma deformação, voltar ao seu estado natural.

Neste texto, se compreende resiliência como a atitude do ser humano que, em lidando com situações emocionais e psicológicas adversas, é capaz de reagir e enfrentá-las com a perspectiva de superá-las.

Resumindo, o biopoder é um *poder-saber* que se instala como “verdade” reproduzindo na sociedade um modelo moral de normatização e normalização. Ele designa o poder de controle sobre o homem como ser vivente, incidindo sobre a sua forma de viver, encarcerando o seu modo de ser, o seu *Ethos*.

Contudo, não se olvide de compreendê-lo como uma condição em permanente inquietude: de um lado, há a imposição, o assujeitamento; mas, do outro, há a resistência

¹⁰ Cf. GROS, F. *Desobedecer*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

criando possibilidades de emancipação com os saberes que propiciam a eclosão de novas *formas-de-vida* do homem.

É necessário afirmar: a vida não pode ser reduzida e nem prescrita por sua condição biológica específica.

Como escreve o filósofo italiano Giorgio Agamben: “os modos singulares, atos e processos do viver nunca são simplesmente *atos*, mas sempre e primeiramente *possibilidade* de vida, (...) potência.”¹¹ (Itálicos do autor).

Ao poder sobre a vida do biopoder, se responde com o *poder-da-vida*: a *biopotência*, isto é, a potência “política” da vida¹² na medida em que ela faz variar suas formas e inventa suas próprias dimensões de expressão.

Sem descuidar as contribuições anteriores, abriremos uma nova trilha para vivenciar e expandir a nossa resiliência, concebendo a resistência ao biopoder a partir da “teoria dos afetos” de Bento ou Benedictus Espinosa.

Iniciando por um fato concreto: a incidência disseminada, no nosso contemporâneo, da enfermidade denominada de depressão.

Aqui, sem preterir as implicações de cunho hereditário ou genético, o realce é o impacto do biopoder sobre a subjetividade humana em seus mais variados matizes que se faz acompanhar da exploração da indústria farmacêutica, da difusão abusiva de rótulos apressados e generalizados de diagnósticos enquadrados no campo dos denominados saberes *psi* (psicologia, psiquiatria, psicanálise).

Para combater esse modelo que só beneficia o *status quo*, é necessário ressaltar o significado e o sentido de cultivar a alegria por intermédio do cuidado com o corpo.

Em linhas gerais, a filosofia de Espinosa é um sistema de pensamento que se contrapõe à ilusão da procura de bens mundanos (honras, riquezas, prazeres etc.) tomados como “os fins últimos da existência humana” para se lançar como um projeto almejando viver “um bem supremo, comunicável e pelo qual a mente seja afetada de uma alegria eterna e contínua”¹³.

O que explica a passagem da substância absoluta (Deus ou a Natureza) aos modos finitos (o corpo e a mente do ser humano) é o fato da essência da substância ser uma potência. Lembrando: o Deus de Espinosa em nada se confunde com o Deus transcendente, pessoal e criador da tradição judaico-cristã.

O conceito de modo em Espinosa¹⁴ designa uma “forma de ser” ou um “tipo de ser particular” que não se produz isoladamente; não é “causa de si”, pois somente Deus tem tal atributo.

Isso implica a abertura constitutiva do ser finito, tanto na dimensão da sua contingência e transitoriedade como na sua inter-relação com o outro. Aqui, para nós, se põe a tese do *cuidado* que será investigada adiante¹⁵.

No caso do ser humano, a potência abre, possibilita o seu processo de constituição para além da simples existência biológica.

A teoria dos afetos relaciona os modos com os graus de conhecimento.

Afeto é uma afecção do corpo, por intermédio da qual a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, ampliada ou retida, como também as ideias dessas afecções na mente.

A potência vital é o liame que perpassa as formas vivas. A variação positiva dessa potência de agir, ou seja, a transitoriedade de um grau menor para um maior de intensidade

¹¹ Cf. AGAMBEN, G. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 14.

¹² Cf. PELBART, PP. *Vida Capital: Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

¹³ Cf. GLEIZER, M. A. *Espinosa & a afetividade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 7.

¹⁴ Cf. RAMOND, C. *Vocabulário de Espinosa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, pp. 55-58.

¹⁵ Cf. O texto didático 10: *O ser da medicina, o uso do jaleco e a potência destituente: uma relação entre a forma de vida, o biopoder e o cuidado*.

ou força de existir (a perfeição), constitui a alegria; enquanto o inverso, a sua variação negativa, constitui a tristeza.

O afeto é a experiência vivida de uma passagem, de uma transição, de um aumento ou diminuição da nossa vitalidade.

Para Espinosa, os níveis de conhecimento são dispostos em três dimensões: o afetivo, o conceitual e o intuitivo.

Esses gêneros de conhecimento são também modos de existência que caracterizam o tipo ou a essência de cada ser vivo.

Para nós, lembrando o já estudado na neurobiologia evolutiva, trata-se do processo do *self* (*primordial, central e autobiográfico*) que caracteriza o modo de ser, a *forma-de-vida*, o próprio *Ethos*¹⁶.

A alegria é o signo de uma composição integrada, é a energia que perpassa todo o complexo *cérebro-corpo-energia-mente-memória-self-consciência-inconsciente etc.* indicando um aumento de potência que se opera no conjunto.

A alegria nos transporta do primeiro (afetivo) ao segundo gênero (conceitual) operando uma soldagem entre sentir, saber, agir e interagir.

A capacidade de agir de um corpo está diretamente correlacionada com o poder que a mente tem para influenciá-lo. O aumento da potência de agir do corpo constitui um afeto alegre, enquanto sua diminuição, um afeto triste.

Esta é uma característica da nossa vulnerabilidade humana porque estamos submetidos a oscilações que dependem do acaso, dos encontros fortuitos com corpos que podem nos afetar com sentimentos tão díspares.

Assim sendo, os afetos de alegria e de tristeza são os principais efeitos dos outros corpos sobre o nosso. Entretanto, em Espinosa não paira qualquer dúvida, pois por mais intensa a tristeza causada por um mau encontro, ela poderá ser dissipada por uma alegria mais potente que ela.

Antônio Damásio corrobora essa interpretação quando escreveu: “Espinosa recomendava que lutássemos contra as emoções negativas com emoções ainda mais fortes, mas positivas, conseguidas por meio do raciocínio e do esforço intelectual”¹⁷.

Na *Quarta Parte da Ética* (A servidão humana ou a força dos afetos), Espinosa relaciona o grau máximo do conhecimento, o intuitivo com o seu correspondente afetivo, afirmando na *Proposição 28*: “O bem supremo da mente é o conhecimento de Deus e a sua virtude suprema é conhecer a Deus”¹⁸.

Entretanto, este princípio não é transcendente como o tradicional da metafísica clássica, mas decorre da afirmação da essência dos modos humanos, isto é, da forma de vida de cada indivíduo.

Em suas palavras, no *Apêndice*: “a beatitude¹⁹ não é senão a própria satisfação do ânimo que provém do conhecimento intuitivo de Deus. (...) aperfeiçoar o intelecto não é senão compreender a Deus, os seus atributos e as ações que se seguem da necessidade de sua natureza. Por isso, o fim último do homem que se conduz pela razão, isto é, o seu desejo supremo, por meio do qual procura regular todos os outros, é aquele que o leva a conceber, adequadamente, a si mesmo e a todas as coisas que podem ser abrangidas sob seu intelecto”²⁰.

¹⁶ Cf. O texto didático: *O conceito de Bioética como Ética-da-vida ou Aionética*.

¹⁷ Cf. DAMÁSIO, A. *Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 20.

¹⁸ Cf. SPINOZA, B. *Ética*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 173.

¹⁹ Cf. O texto didático 6: *A invenção da arte liberta*.

²⁰ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 205.

Em síntese, a mente desenvolve toda a sua potência produzindo ideias adequadas que conduzem a um arranjo dos afetos imanentes à natureza, estabelecendo a correspondência entre o efeito e a causa.

Para ele, “razão” é o nome que designa o “algo” que no ser humano forma ideias adequadas e compreende a ordem necessária da Natureza.

Portanto, exercitar a virtude é agir, viver, conservar o seu ser (os três significam o mesmo) sob a direção da razão.

Aqui não se pretende defender a interpretação de Espinosa sobre a “razão” ou o seu “sistema racionalista”, pois seria anacrônico.

O propósito foi considerá-lo como um signo de referência para empreender o nosso próprio projeto de resistência na perspectiva da potência ou da capacidade de ser afetado por alegria, relacionando a possibilidade de nos tornarmos ativos para alcançar a libertação do biopoder.

5 Considerações finais

O biopoder é definido como um dispositivo da governamentalidade moderna atendendo historicamente os interesses do capitalismo, agindo por meio do saber da medicina sobre o corpo e sobre a população.

Contudo, é necessário reafirmar: a vida não pode ser reduzida e nem prescrita por sua condição biológica específica.

A vida humana por mais simples, repetida e até mesmo socialmente imposta, conserva a dupla condição de resiliência e de resistência, colocando em movimento o próprio viver.

Há sempre “possibilidade de vida”, é necessário acreditar na capacidade vital dos seres humanos enquanto seres vivos modelando a sua própria *forma-de-vida*²¹.

Ao poder sobre a vida do biopoder, se responde com o poder da vida - a *biopotência*, isto é, a “potência política” intrínseca da vida na medida em que ela faz variar as suas formas, inventando dimensões singulares, de expressão única e autêntica.

O saber da bioética como *ética-da-vida* ou *aionética* busca a unidade resiliente do processo indissociável *energia-cérebro-corpo-mente-self-memória-consciência etc*, resistindo por intermédio do exercício de experiência ética denominado PensArteCorpo, pautado na singularidade da arte, provocando o salto para a liberdade ou a *invenção de si*: o “tornar-se o que se é”, o “tornar-se criança” de inspiração nietzschiana.

Este é o nosso desafio: operar na medicina uma transformação de conteúdo, valor com significado e sentido com a perspectiva de ser biopotência e produzir a resistência ao biopoder.

²¹ Cf. O texto didático: *A forma de vida do/a estudante de medicina e o uso do jaleco: a captura, a delusão e a resistência de um desejo*.